

## POR QUE LER FILÓSOFAS?

**Fábio Borges do Rosário**

**Marcelo José Derzi Moraes**

**Rafael Haddock-Lobo**

### **Por que ler filósofas?**

<sup>1</sup>Dedicado a Carla Rodrigues, Dirce Solis, Fabiana Helena do Rosário, Ivoni Richter Reimer, Jocelina Borges, Jocília Borges (in memorian), Josiane Borges, Karine Moraes, Magda Guadalupe, Maria Barcelos “de Exu Tranca Ruas” (in memorian), Marga Engelbrecht (in memorian) e Sebastiana Borges.

A questão que intitula esse texto traz, por detrás de sua interrogação, algumas outras tantas questões e também exclamações que parece ser preciso que nos demoremos um pouco sobre ela, antes de começarmos, propriamente, a entrar em nossas especulações. Em primeiro lugar, precisamos lembrar que se trata de uma questão de fato: existem, sim, filósofas, e sempre existiram, aliás. Por mais que o substantivo daquele que se dedica à tarefa filosófica seja sempre grafado no masculino, tal violência gramatical marca os séculos de repressão, escamoteamento e desonestidade com as tantas filósofas existentes ao longo da História da Filosofia, como mostram os atuais e relevantes estudos de Ruth Hagengruber (embora restritos ao campo ocidental da História da Filosofia), criadora do Centro Europeu de Estudos de Mulheres Filósofas e Cientistas da Universidade de Paderborn.<sup>2</sup> Para maiores informações sobre o Centro e sobre as pesquisas da Profa. Hagengruber, acesse o link <https://historyofwomenphilosophers.org/ruth-hagengruber/> .. Portanto, primeira interrogação: por que ainda pensamos na filosofia como tarefa filosófica masculina? Muitos autores já denunciaram, ao longo do século XX – e mesmo muito antes,

se pensarmos nas duras críticas de Olympe de Gouges<sup>3</sup>No mesmo ano da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, Olympe de Gouges escreve a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. Em seguida, como crítica à obra de Rousseau, Olympe escreve seu Contrato Social, propondo a igualdade entre os parceiros no casamento. Devido a seus escritos feministas e de alta crítica política, é guilhotinada em 1793. ao humanismo francês – a dissimulação do masculino (e, por extensão, do heterossexual, do cisgênero, mas também do ocidental, do branco, das classes dominantes etc.) por detrás da pretensa neutralidade do Universal. Assim, nossa primeira preocupação é marcar fortemente a interrogação presente no texto, desde seu título, a fim de lembrarmos que essa questão é ainda hoje uma questão.

Desse modo, sendo o grupo de pessoas que se dedicam à tarefa filosófica composto por pessoas nascidas de ambos os sexos, é preciso lembrar que, dentre esses dois sexos marcados biologicamente, há um grupo que, por apenas essa carga genética, adquire certos privilégios em nossa sociedade. Nesse sentido, além de se denunciar a universalidade e sua neutralidade, é preciso marcar que a dissimulação das questões de sexo e de gênero é mais do que epistemológica, sobretudo uma questão política, pois mascara o privilégio do poder de um grupo de indivíduos sobre outro grupo apenas pelo pertencimento a um sexo biológico. Contudo, acreditamos que ainda mais é preciso. Se o grupo dos indivíduos nascidos e determinados biologicamente como “mulheres” parece ser um fator de absurdo desprivilégio na área da filosofia<sup>4</sup> Uma interessante reflexão sobre a situação atual na realidade da academia filosófica brasileira encontra-se no artigo que Carla Rodrigues escreve para a Coluna ANPOF (<http://anpof.org/portal/index.php/en/comunidade/coluna-anpof/1033-a-filosofia-brasileira-nao-e-feita-so-por-homens> ). Importante também destacar, como o faz Carla

Rodrigues, o mapeamento realizado por Carolina Araújo sobre a situação das mulheres nos programas de pós-graduação em filosofia brasileiros

([http://anpof.org/portal/images/Documentos/ARAUJOCarolina\\_Artigo\\_2016.pdf](http://anpof.org/portal/images/Documentos/ARAUJOCarolina_Artigo_2016.pdf)),.

acreditamos que outros marcadores, como os socioeconômicos, étnico-raciais e culturais, agravam mais esse panorama com relação à questão do sexo e do gênero. É por isso que a pergunta “por que é necessário que filósofos leiam filósofas?”, apesar de fundamental, pode parecer um tanto vaga. Não obstante, essa vagueza aponta à multiplicidade de outras questões que, a contrabando, nos chegam com a simples colocação da questão. Mais ainda: a questão traz consigo certo imperativo dirigido aos filósofos, indicando que é preciso ler as filósofas. E tal ‘dever’ deve ser pensado, como pensadores da desconstrução que somos, sob a lógica da alteridade, pois não se trata apenas de uma coerção moral, na ordem da lei ou do direito, mas sim de um apelo ético que conclama a uma mudança nos eixos do pensamento, do mesmo ao outro.

Uma última observação preliminar diz respeito à impossibilidade de resposta à questão por nós colocada. A questão “por que é necessário que filósofos leiam filósofas?”, por se tratar de uma verdadeira questão, não pode nunca ser respondida de modo definitivo, pois encarar seu caráter aporético não é apenas respeitá-la em termos epistemológicos, mas também pensar que, em termos políticos, sempre haverá um embate de poder e que a questão deverá ser sempre recolocada, tentando respeitar sua força, seu contexto e sua singularidade. E é nesse sentido que nós, três filósofos homens, nos pomos a responder a questão da única maneira que acreditamos ser possível: respeitando a impossibilidade, cada um de nós tentará responder a questão à sua maneira, com um exercício de leitura de uma ou mais filósofas, tentando pensar em como cada uma, a seu modo, nos ajuda a recolocar a questão que aqui nos guia, ecoando então não apenas o imperativo da urgência

mas também o da aporia e do respeito à singularidade.



Gayatri Chakravorty Spivak e Nah Dove | Ilustração: Juliana Barbosa

## II

A necessidade deste ensaio se dá pelo reconhecimento de que, na filosofia e nas ciências humanas, a fala e a escrita do homem são predominantes, e essa predominância implica a manutenção de um falocentrismo que exclui a mulher do campo do pensamento. Nesse sentido, muito mais do que necessário, reconhecer, aprender e ler as filósofas é uma questão de fazer justiça àquelas que, por milênios, foram excluídas do campo filosófico. Uma questão importante a se ressaltar a respeito de nosso texto, além da consideração da importância e da necessidade de que as filósofas mulheres sejam efetivamente lidas, consiste em acabar e descentralizar a opressão e a violência de pensamentos e práticas fálicas e sexistas que excluem outros tipos de saberes, dentre eles, saberes e práticas femininas. Não basta ler e conhecer essas filósofas, mas desfazer e descentralizar o nosso machismo. Porém, esse trabalho não possui nenhuma pretensão de aprofundar conceitualmente, nem desenvolver o pensamento dessas filosofias, mas de colocar em

evidência essas filósofas, para que mais homens e, também, mulheres, possam compreender a importância, a sofisticação e a potência dessas filosofias que desestabilizam os pensamentos mais clássicos e (quase sempre) conservadores, que, com seus estilos diferentes, abordagens das mais diversas, fazem jus ao se colocarem como outras, e em alguns casos como totalmente outras, por seus caracteres transgressores, revolucionários e inventores. Não pretendemos falar de todas as filosofias existentes e ativas, sendo algumas delas, historicamente, esquecidas. Destacaremos algumas, mas não deixamos de reconhecer o quanto podemos aprender com as tantas outras, muitas delas clássicas na filosofia, e que possuem sua relevância inquestionável, que promoveram uma verdadeira ferida narcisista no domínio patriarcal da filosofia, tais como: Simone de Beauvoir, Hannah Arendt, Rosa Luxemburgo, Nancy Fraser, Lélia Gonzáles, Angela Davis, Marilena Chauí, Judith Butler, Dirce Solis, Beatriz Nascimento, Grada Kilomba, Helena Theodoro, Nísia Floresta, Olgaria Matos, Luísa Mahin, entre tantas outras.

Nesta rota, a leitura e a escuta de Djamila Ribeiro elenca questões e pistas a serem trilhadas nesta trajetória por quase-respostas para pensarmos a relação entre racismo e sexismo. Antes de qualquer coisa, acolhemos a exigência de que todas as pessoas que se dedicam à filosofia analisem todas as situações e condições de opressão, tais como o racismo, o sexismo, o gênero, etc., quer sejam negros ou brancos, transgênero ou cisgênero, mulher ou homem, não-binário ou binário etc., sem qualquer pretensão de neutralidade de ocupação do lugar de fala. Antes de tudo, que estejamos cientes de que toda fala parte de um lugar e de uma condição e situação.

Reconhecer o próprio lugar de fala, e que toda singularidade humana tem um lugar de fala, é o passo inicial para a compreensão das diferenças e desigualdades que marcam cada pessoa, também para a escuta do apelo por mudanças estruturais e no engajamento na

luta por uma sociedade que acolha a todas as pessoas na sua *différance*. Pretender reivindicar mudanças estruturais na sociedade ressoa como solicitação da universidade – e esta é o lugar de que partimos: a filosofia. Mudar, solicitar, abalar a filosofia ocorre quando se abandona a neutralidade filosófica, já que a advogada impessoalidade do filósofo escamoteia o lugar privilegiado de homem-cis-branco-ocidental. Partimos da desconstrução e advogamos a crítica do conceito de homem tal como definido pelos filósofos ocidentais, a fim de empreendermos a inversão e o deslocamento do lugar de cada um dos pares binários biologicamente marcados. Nesta direção, pensamos não ser suficiente para a emancipação das mulheres negras o não reconhecimento de sua *différance* em relação às mulheres brancas e aos homens negros. Acolhemos a história de Djamila Ribeiro, e pensamos que, por identificação (não como construção de uma identidade), esta possa falar da história de muitas mulheres negras, com o intuito de marcar a importância de pensar o quanto sua luta se aproxima e se afasta da história de mulheres brancas e demarcar que a categoria “mulheres” não é suficiente para atender às reivindicações daquelas.

A trajetória de Djamila, que tanto orgulhava a família não impediu que a pequena menina sentisse os efeitos do racismo que marca estrutural e cotidianamente a sociedade brasileira. Percebia que as professoras não esperavam que soubesse as respostas para as perguntas dirigidas à turma; envergonhava-se de ser citada apenas quando a aula narrava o passado escravagista e alguém a apontava como neta de escravizados; ouvia dos meninos que não desejavam formar par com ela por ser “neguinha”; ouvia piadas sobre o cabelo e a cor da pele. Toda a situação produzia uma sensação de inadequação, a percepção de não pertencimento à sociedade brasileira. E quanto ao pertencimento à sociedade brasileira, relata Djamila, em “Estrangeira no próprio país”, que muitas

singularidades brasileiras de pele branca, mas com apenas um dos pais brancos, conseguem transitar pelo país sem serem reconhecidas como negras; entretanto, se viajarem para países europeus, notarão sua não branquitude – sua herança negra – e, talvez, perceberão o quanto as pessoas de pele morena ou preta percebem cotidianamente que são estrangeiras no próprio país.

E como alerta a autora em “Homens brancos podem protagonizar a luta feminista e antirracista”, conduz a urgência de um novo paradigma a ser observado pelos homens brancos [destinatários do texto] e também por mulheres e homens negros [leitores] que compreendem a urgência e a importância da unidade de todas as pessoas na luta contra as desigualdades. Aliar-se às mulheres negras não é transformá-las em objeto de pesquisa ou conteúdo dos discursos ou colocar-se como porta-voz de suas reivindicações. A aliança que as mulheres negras defendem é a construção de novas possibilidades de trajetórias, principalmente que os homens brancos, as mulheres brancas e os homens negros compartilhem e contribuam na construção de espaços e de lugares protagonizados por mulheres negras. Que reconheçam que as mulheres negras detêm um rico e potente repertório a ser compartilhado com todas as pessoas que queiram ouvir.

E, nesta rota de acolhida e escuta, como diz Djamila em “Feminismo negro para um novo marco regulatório”, somente o rompimento do silenciamento imposto às mulheres negras possibilitará o soçobrar da subordinação imposta a elas – o outro da mulher branca, o outro do homem negro, o outro do outro do homem branco ou, em outras palavras, o totalmente outro. E acolhida tal advertência cabe aos homens negros que combatem o racismo, as mulheres brancas que combatem o sexismo e aos homens brancos que combatem o classismo, a fim de ouvirem as vozes destas mulheres que pautam a interseccionalidade destas lutas. A unidade na luta por um novo marco regulatório acontece quando se

deslocam as pautas e se põem na ordem do dia as reivindicações daquelas que mais sofrem as opressões, daquelas que sabem que a autonomia de uma coletividade só ocorrerá quando todas e todos forem acolhidos na sua diferença, na sua *différance*.

A filósofa negra Gislene dos Santos, em seu livro clássico *A invenção do ser negro*, já nos apresenta o quanto, na Modernidade europeia, a invenção do negro surgiu como reflexo de um ser que precisaria ser mais originário e, portanto, puro, para servir como modelo universal, a saber, o homem branco europeu. Gislene desconstrói o mito do gênero e da raça universal. Esse movimento que pode ser encontrado em muitas autoras que possibilitam pensar tanto o patriarcado na filosofia, como o colonialismo no pensamento. Portanto, o que ela e muitas outras autoras vão nos possibilitar é uma verdadeira transformação de certo tipo de pensamento reto, ereto, que não sabe trabalhar e aprender com outro tipo de pensamento, que vem pela diferença, pelo desvio, das margens, transversal ao que é predominante em uma estrutura clássica de pensamento hierarquizada.

Em seu ensaio *Pode o subalterno falar?*, a filósofa indiana Gayatri Chakravorty Spivak questiona o lugar do subalternizado, ao apresentar o quanto, na história do ocidente, um tipo de pensamento predominante subalternizou alguns grupos sociais e étnicos, e dentre esses grupos, sobretudo, a mulher, associando a violência da subalternização à violência epistêmica produzida pelo pensamento ocidental, o que Spivak chama de violência epistêmica é o que para a filósofa negra Sueli Carneiro é um epistemicídio. Spivak, Sueli e outras revelam toda uma lógica da subalternização, uma como verdade historicamente estabelecida, mas que, na verdade, é um dos maiores mitos já estabelecidos como verdade pelo homem branco europeu ocidental, sua mitologia branca.



A filósofa bell hooks<sup>5</sup> Pseudônimo da escritora e ativista Gloria Jean Watkins que, seguindo o imperativo da emaiusculação (tal como indica Derrida), exige que seu nome, bell hooks, seja grifado sem as másculas e maiúsculas letras. Sobre isso, ver o verbete acessível em <https://blogs.stlawu.edu/evfall15/2015/11/17/bell-hooks-and-derrida/> . também opera em seus textos pela via do deslocamento, porém ela prefere o nomear como “transgressão”. Em seu livro Ensinando a transgredir, a filósofa afroamericana se apresenta como uma verdadeira mestra ao nos conceder uma belíssima lição de transgressão. Preocupada com a luta antirracismo, com o sexismo e com todos os tipos de opressão contra as minorias, bell hooks, em um entusiasmado e potente pensamento, conduz o leitor nesse movimento de transgressão daquilo que é dado e predominante. Nesse sentido, bell hooks trabalha radicalmente com o deslocamento das hierarquias, o que teria seu início, sobretudo, na sala de aula. Preocupada com práticas libertadoras, bell hooks pensa como horizonte uma vida livre e feliz e, para isso, a autora não mede esforços para tensionar práticas e discursos que possuam como fim a opressão.

A filósofa Nah Dove é uma outra filósofa que nos traz uma outra possibilidade de ação e de pensamento para além do patriarcalismo (e para além também de uma resposta a estes problemas limitada à questão de classes, muitas vezes engessada por alguns teóricos políticos). Nah Dove promove uma crítica afrocentrada trazendo uma pegada feminina para fazer sua crítica ao marxismo como único modelo de resposta às questões políticas, que acaba por produzir alguns movimentos sexistas em seu modo de apreensão da realidade. Entre tantas outras que poderiam aqui ser convocadas, citamos também a filósofa nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, que nos oferece duas lições que nos parecem fundamentais, são elas: que todos devem ser feministas e que uma só história provoca a exclusão de muitas outras histórias e narrativas, entre elas, as das mulheres. Diante disso,

gostaríamos de convocar outras filósofas que operam por meio da arte, promovendo um pensamento feminino transgressor: Leci Brandão, Carolina Maria de Jesus, Jovelina Pérola Negra, Clarice Lispector, Cecília Meireles, Tarsila do Amaral, Conceição Evaristo, Clementina de Jesus, entre tantas outras.



Estamira | Ilustração: Juliana Barbosa



Escrever a “conclusão” de um texto que, por tarefa, não deveria nunca ser concluído. Nesse sentido, só podemos, então, começar (a terminar) apresentando-nos através das questões que, hoje, são as mais prementes no âmbito do pensamento filosófico – e mostrando o quanto temos, com filósofas, aprendido a ensaiar tais questionamentos (pois só nos sentimos capazes de ensaiar a colocação das questões, sem saber se um dia teremos a competência – ou a pretensão, o que não gostaríamos de ter – de sermos capazes de respondê-las). Portanto, são duas pequenas observações, e talvez a mesma, com as quais encerramos esse texto entrelaçado: a primeira diz respeito ao que poderíamos aqui chamar de “sexualidade” ou de nossa surpresa com a pretensa “assexualidade” da filosofia; a

segunda concerne ao que poderíamos chamar de “colonialidade” ou de nossa surpresa com o pretense caráter de “ser-sem-cor” da filosofia, e são a elas que, como finalização desse ensaio, nos deteremos.

Em 2014, a Argentina fervilhava em meio ao debate sobre o casamento de pessoas do mesmo sexo. O que foi chocante à época foi, frente a um [absoluto] silêncio por parte da comunidade filosófica brasileira, o empenho de colegas argentinas, todas lésbicas assumidas, em defenderem de um ponto de vista filosófico o casamento gay. No Brasil, uma grande amiga e grande filósofa nos presenteia com um livro de uma outra filósofa que marcaria profundamente nossa tomada de posição como intelectuais e nos ajudaria a iniciar tais reflexões sobre o comprometimento entre metafísica e heteronormatividade (ou cislogismo, como temos preferido chamar). Os dois nomes dessas grandes mulheres às quais nos referimos aqui são a filósofa brasileira Carla Rodrigues e a então filósofa catalã Beatriz Preciado.

Carla Rodrigues talvez seja a filósofa com quem mais aprendemos e talvez a pessoa de quem mais textos temos lido, marcando, para além de uma amizade ímpar, uma efetiva troca intelectual. Tudo que sabemos, ainda hoje, sobre questões de gênero, aprendemos direta ou indiretamente com Carla. E, como todo dom digno desse nome, ou seja, quando nem se sabe a dimensão do presente que se oferece, a entrada em cena do Manifesto contrassexual de Preciado marcaria não só nossa trajetória intelectual como também nossa vida. Preciado, ainda Beatriz, escreve do lugar da lésbica que empreende uma radical tentativa de abalar o eixo da heteronormatividade que, de diferentes maneiras, incide sobre todos os corpos – homens e mulheres; hetero, bi e homossexuais; cis ou transgênero, transexuais e travestis. Beatriz Preciado nos convoca a pensar, em um só golpe (de dildo), a necessidade de um retorno à materialidade dos corpos e ao mesmo tempo de uma crítica

radical à ideia de natureza.

Beatriz nos ensina a transitoriedade dos corpos e os limites enrijecidos de qualquer identidade, e de como o pensamento deve se alimentar dessas questões postas a nossos corpos. E não é por acaso que, anos mais tarde, Preciado empreenderia seu maior experimento filosófico: *Texto Junkie*, no qual o agora autor em transição Paul B. Preciado escreve suas impressões filosóficas a partir de sua autoadministração sem prescrição médica de testosterona. Preciado, assim, nos presenteia com a maior obra empirista dos últimos séculos. Uma coisa importante a sublinhar (pois o leitor poderia, então, objetar a razão de estarmos aqui falando de um autor que é, hoje, um homem trans) é que Paul B. Preciado, em sua radical crítica às identidades, sendo o primeiro filósofo trans, defende que, apesar de sua performance corporal ser masculina, ele gostaria de ser referido como “filósofa” quando se referisse à sua obra, para marcar a diferença sexual e mostrar que ser nomeado como “filósofa” é ainda e sobretudo uma tarefa política.

E é com a filósofa Estamira que encerramos este texto, deixando-a falar – ela, mulher, pobre, negra, paciente psiquiátrica, que mostra o quanto nós, homens, brancos ou negros, cis ou trans, hetero ou homossexuais, temos ainda que aprender (e muito) com esses corpos que possuem, aparentemente, apenas um marcador diferencial, o sexo biológico, mas que nos apresentam uma experiência filosófica grafada com o artigo feminino que, talvez apenas esta, possa abrir a filosofia a tantas outras diferenças a ponto de ela um dia poder se tornar um campo de conhecimento aberto às singularidades, plural e efetivamente democrático. Esse é nosso desejo e a tarefa que assumimos, estes que aqui assinamos esse texto e que, sentados, juntos, ouvimos ecoar a voz de Estamira, que diz<sup>6</sup> Estamira: fragmentos de um mundo em abismo. São Paulo: n -1. 2013, págs. 10 e 15..”:

“A minha missão, além d’eu ser Estamira, é revelar a verdade, somente a verdade. Seja mentira, seja capturar a mentira e tacar na cara, ou então ensinar a mostrar o que eles não sabem, os inocentes... Eu, Estamira, sou a visão de cada um. Ninguém pode viver sem mim. Ninguém pode viver sem Estamira. E eu me orgulho e sinto tristeza por isso.”



Esta obra está licenciada com uma  
Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

<http://www.revistaperiferias.org>